federais. Então, nas municipais, o potencial, claro que são estudos muito preliminares, mas temos o potencial de 11 mil unidades nas áreas municipais. Sendo ZEIS ou não ZEIS, colocaríamos 68% de HIS nessas áreas, HIS 1 e HIS 2. Nas áreas estaduais, temos um potencial para 12 mil unidades mais ou menos. Nas federais, 6.700 aproximadamente. E nas privadas, fizemos um mapeamento específico em uma das áreas ambientais, a que me referi, que lá existiriam áreas possíveis de serem providas para fazer cerca de 4 mil unidades pelo menos para começar um programa. Evidentemente, temos sempre a atuação da COHAB e da SEHAB nas desapropriações, enfim, na hora de desenvolvermos cada um dos focos efetivamente, podemos ampliar esse número de atuação em áreas privadas. Por hora, buscamos fazer um mapeamento em cima das áreas públicas subutilizadas, não utilizadas, vazias, enfim. Esse é um mapeamento preliminar que fizemos para poder conformar um programa. E é daí que nasce o número das 34 mil, que é um potencial. Pode ser um pouco mais ou pode ser um pouco menos. Qualquer coisa na ordem de 34 mil unidades é o mínimo que vamos começar com o programa. Então, vamos, para cada foco, onde for área simplesmente livre, é uma operação. Então, não vamos ter uma PPP. Poderemos vir a ter várias ou por focos de área ambiental, favela, urbanização de favelas, área livre. Vamos procurar fazer vários editais ao longo da gestão. Aqui é só um mapeamento para dizer, por exemplo, nas áreas municipais, apenas 22% delas são ZEIS e nem por isso vamos deixar de implantar HIS. Nas áreas estaduais, a grande proporção é de ZEIS. Nas áreas federais, há quase que totalidade. E nas áreas privadas que olhamos são totalmente em ZEIS; são áreas efetivamente ocupadas, que estamos olhando esse foco ambiental. Então, nas áreas fora de ZEIS, conseguimos colocar de HIS 1 mais 18%. São quase 7 mil unidades dentro do conjunto das 34 mil. É apenas um recorte teórico disso aí. Evidentemente, na hora de desenvolvermos efetivamente cada um dos focos, vamos precisar isso dentro dos editais. O conceito também não é um conceito de puramente construir predinhos de habitação. O próprio Plano Diretor determina que sigamos alguns regramentos e na PPP vamos obedecer fielmente. Vamos ter equipamento público, vamos ter HIS 1, HIS 2, HMP e outros usos de comércios, serviços e tal, e procurando sempre também criar espaços agradáveis aí. Esse é o complexo. Na época em que estávamos no Estado, falava-se muito em tese. Hoje podemos falar muito mais concretamente. Quem está acompanhando a PPP do Estado está vendo naquele terreno da antiga rodoviária qual o tipo de projeto. É claro que nem tudo será idêntico, mas o conceito que se coloca é aquele: é uma mistura de usos que iremos fazer e de rendas que iremos fazer também para que tenha uma dinâmica econômica importante e tenha, essencialmente, uma sustentabilidade no empreendimento e que haja as emancipações e que o Estado ou o Poder Público, em um horizonte após a concessão, porque estamos falando em fazer PPP que dure pelo menos a parte de manutenção e do contrato vinte anos e, após isso, tenha uma sustentabilidade. É claro que essas figuras que estou mostrando são meramente ilustrativas. Ninguém vai fazer um caixote assim. Isso é só para ilustrar o potencial porque fizemos um desenho em cima do que é possível construir. Tomem isso por favor como mero exemplo. Aonde queremos chegar proximamente, além da citação do projeto do Estado, esse é um projeto previsto para ser implantado e não é um desenho apenas. Esse projeto ainda não aconteceu, mas estamos tratando dentro da Operação Urbana Água Branca, que já tem lá toda uma definição dada pela lei, uma negociação antiga, já há pessoas na fila esperando há quase doze anos, pelo menos, dez anos, que são duas favelas que foram retiradas dessa região. Então, tomamos esse modelo de projeto como um paradigma porque ele nasceu de um concurso público feito pela SP Urbanismo e encontramos nesse projeto, nesse modelo, todo o conjunto de coisas que imaginamos ser adequado para os projetos que venham a ser implantados por meio da PPP. Então, isso aqui, embora seja um desenho, é um desenho de um projeto efetivo que estamos tratando de fazer ainda talvez este ano a abertura de uma licitação ou início dessa execução, no caso da Operação Urbana Água Branca. Então, queremos chegar a resultados semelhantes a esse em termos de ocupação urbana. Esse slide serve para ilustrar hoje o que temos quando fazemos uma licitação pela 8666. O que é na cor meio marrom temos aquilo que é da atividade pública e na outra cor mais escura o que é da atividade privada. Sendo que, por exemplo, temos no objeto, no caso da operação da 8666, tenho que fazer uma obra pública e para cada coisa que tenho dentro da obra, por exemplo, vou fazer um projeto, tenho que fazer uma licitação; vou fazer um estudo ambiental, tenho que fazer uma licitação ou ponho dentro de um contrato qualquer, por exemplo, de uma ata de serviços públicos. Então, às vezes, para fazermos um empreendimento pela 8666, tenho diversos contratos até chegar a um ponto de dar início à obra. E aquilo que é mais forte dentro do projeto também é privado porque se faz uma licitação. Ninguém contrata pedreiro na COHAB. A execução é feita por uma empresa privada que recebe um projeto, muitas vezes, um projeto básico, na licitação. Muitas vezes uma das primeiras coisas que a empresa faz é discutir o básico. Diz que seu básico está errado e que precisa de um aditamento. Não anda seis meses a obra sem haver uma discussão de um aditamento. Mas não é para isso que estou colocando esse slide aqui. Esse slide é para mostrar que há algumas coisas que vamos colocar no contrato da PPP que, na realidade, ou o Poder Público não realiza ou realiza muito precariamente. E em um contrato de PPP obrigamos que ele execute, porque todo contrato tem lá suas especificações e tem lá uma cláusula de desempenho que, se ele não cumprir, ele não recebe a contraprestação dele. Mas o que é forte desse slide aí não é talvez tanto isso; é dizer que a PPP é apenas uma forma diferente de contratação. Faço uma licitação pela 8666, é uma forma de contratação. A Lei Federal nº 11.079 é da mesma hierarquia jurídica da 8666. E é apenas uma nova forma, uma forma diferente, que permite colocarmos vários elementos dentro de um só contrato. E é muito rigorosa, na verdade, a execução desse contrato; obriga uma fiscalização muito mais efetiva e torna o poder concedente, no caso o Poder Público (o poder concedente aqui pode ser tanto representado tanto pela SEHAB quanto pela COHAB, pela legislação municipal que temos aí). Então, é muito forte a exigência de fiscalização sobre um contrato de PPP. Esse slide, fizemos para procurar mostrar qual é a natureza de trabalho que desenvolve. Vejam que parece que o Público faz bastante coisa, investimento inicial, e é verdade. Faz. Fiscalização também faz. Riscos, assume todos. No caso da PPP, compartilhamos. Que riscos compartilhamos no caso da PPP? Há um risco que é o seguinte: o privado coloca o dinheiro dele na frente e ele quer uma garantia. Então, temos que fazer um balanceamento de risco. Ele precisa saber se o Poder Público, o poder concedente, vai ter recursos, vai colocar no orçamento os recursos. Então, é uma regra de compartilhamento. Os serviços (e essa é uma perspectiva minha), o que temos de mais pobre no segmento de contratação de obra pública pela 8666 é o serviço. É precário. Precisa de dinheiro, de recurso, depende de orçamento, depende de uma série de outras coisas. No caso da PPP, isso já está atualizado e está precificado, que é uma palavra que os financistas gostam de usar. Já está no preço do contrato e cabe ao Poder Público exigir e especificar quais são os trabalhos que serão desenvolvidos. E isso é feito no momento em que é lançado o edital da licitação. Então, no estágio atual, já passamos pelo crivo do Conselho Municipal de Desestatização e Parceria e também passamos pelo crivo da Secretaria de Fazenda do Município, que já fez uma análise do impacto fiscal da nossa operação e foi considerado bastante razoável. No caso, o impacto foi examinado para o programa todo, para as 34 mil. A PPP, a legislação federal coloca um limite de 5% sobre a receita líquida municipal, que pode ser comprometida com contrato de PPP, com a somatória de todos os contratos, de habitação, de saúde, de transporte, o que existir. Não pode gastar mais do que 5% por ano da receita líquida. A receita líquida hoje no município, só para os senhores fazerem uma continha rápida, R$46 bilhões. Portanto, temos um limite de R$2 bilhões por ano para gastar, R$2.3 bilhões por ano, para gastar com todas as PPPs do município. O nosso, como vamos ver mais adiante, nenhum investimento não chega a tanto, que é esse mapa. O retângulo inteiro seria o limite. Aqui são os vários anos. Nessa cor mais clara, amarela, seriam os investimentos. Vejam que nos investimentos, que no caso são inteiramente privados, não atingimos o limite. O vermelho mais escuro embaixo é justamente a nossa contraprestação. Então, vejam que do limite usamos muito pouco. E esse quadro também dá uma ideia bastante interessante do que ocorre. Como não tenho dinheiro para investir o amarelo que, se fosse fazer diretamente, teria que investir o amarelo em quatro, cinco, seis anos, atribuo isso, no caso da PPP, ao privado e ele é quem vai buscar capital para fazer esse investimento. E só a partir do momento em que o privado nos disponibiliza as unidades habitacionais e lá colocamos as famílias é que ele começa a receber. E não antes. A legislação até permite alguns casos, por exemplo, bens reversíveis. Se vai fazer um equipamento público, eu poderia, se tivesse recursos para isso, poderia fazer, dentro da PPP, os aportes no cronograma da execução daquilo que é público. Uma infraestrutura pública, abrir uma nova avenida, algumas coisas do tipo. E eu poderia colocar isso como aporte durante o contrato de PPP. Se tiver dinheiro, é bom que faça, porque esses itens não comportam mais do que 20%, 25%, porque barateiam um pouco mais a contraprestação. Mas, como temos o Estado, a União, os municípios em geral, e no nosso não é diferente, não temos esse recurso. Então, vamos buscar o financiamento inteiramente no privado e aí vamos pagar ao longo de vinte anos, vinte e cinco anos. No caso da proposta que estamos fazendo, e que foi aprovada no Conselho, é termos uma PPP de vinte anos. Então, as empresas teriam de cinco a seis anos para construir e, depois de catorze, quinze anos, para receber de volta o seu investimento. Uma parte disso, recebem como financiamento, por parte das famílias, que faríamos o financiamento no agente financeiro. No caso hoje o agente financeiro preferencial é a Caixa Econômica Federal, mas não está amarrado nisso. É o privado quem vai desenvolver a busca para captar os recursos para isso. Colocamos que sempre a referência de financiamento é o paradigma do fundo de garantia, dos custos de financiamento e de transação do fundo de garantia. Aqui só para mostrar um pouco os investimentos e paramos por aí e terminamos a apresentação. Fizemos um cálculo de R$194 mil por unidade habitacional, incluindo os equipamentos públicos. Os cálculos que temos, e aí recorri um pouco às equipes técnicas da COHAB para me ajudarem a fazer as estimativas, teríamos de infraestrutura cerca de R$13 mil por unidade, de equipamentos públicos cerca de R$30 mil e da habitação R$151 mil. Há casos do próprio Minha Casa Minha Vida que o valor só da unidade é maior do que os R$151 mil. E aí só o rebatimento para as 34 mil, que estamos falando aqui em habitação de R$5 bilhões, para um investimento completo de R$6 bilhões. Coisa que não teríamos como fazer via orçamento público se não fosse a PPP. Só para dar esse panorama geral. E, para encerrar, estamos em uma fase, vimos estudando e agora estamos em uma fase de debate da PPP. O programa não está completamente conformado e agora vamos para todas as instâncias colegiadas para fazer esse debate. Começamos por aqui, como bem disse nosso Adjunto e Presidente da sessão, desse Colegiado, nosso querido Gilmar. Ficamos à disposição para o que for. **Sr. Edson** - Estamos iniciando publicamente o debate da questão da Parceria Público Privada, da PPP. Já percorremos um primeiro caminho, que foi essa elaboração que aqui o Reinaldo inicialmente expos. O Reinaldo foi quem elaborou a PPP do Estado, que hoje está se transformando em uma realidade na Região da Luz. Já estivemos com o Ministro das Cidades, iniciamos conversas com o Bruno Araújo, com a Caixa Econômica Federal. Já tivemos uma primeira sessão na câmara municipal. Hoje estivemos no Tribunal de Contas do Município. E agora, formalmente, estamos iniciando esse debate no Conselho Municipal de Habitação. O que nos moveu a estruturar esse programa foi um pouco do que está naqueles slides que o Reinaldo colocou no começo que, se dependêssemos exclusivamente dos programas que hoje aí estão de financiamento de Habitação de Interesse Social, demoraríamos para atender essa demanda um prazo inimaginável, que os senhores aí viram. Então, era fundamental que SEHAB e COHAB pudessem estruturar programas de fomento à construção habitacional, que não será só a PPP; vamos avançar e dar uma escala mais representativa ao Programa de Locação Social. Mas, no caso da PPP, é uma estrutura de uma operação financeira que nos permite que nesse primeiro momento quem coloca recursos em toda essa estruturação é o setor privado e permite que, com os poucos recursos que temos para o investimento na área de habitação, possamos fazer em uma quantidade muito menos expressiva e espaçada ao longo do tempo, que pretendemos ser de vinte a vinte e cinco anos exatamente a estrutura financeira da PPP. Pensamos em fazer algo diferente da experiência que teve o Estado. O Estado fez um projeto que se concentrou na área central da cidade. Também vamos ter lotes na PPP que vão se concentrar na área central da cidade, mas a ideia nossa foi exatamente colocar em um espaço geográfico regional, sobretudo em função de demandas históricas que o movimento de habitação tem na cidade, em algumas regiões, não só nas mais afastadas, mas no próprio centro expandido. Então, a característica que vamos dar é de um atendimento muito mais regionalizado, em função de demandas enormes que temos na cidade. E com que caráter? Não só de recuperação urbana, mas também de recuperação ambiental. Pretendemos fazer um lote específico na Região da Cantareira, para tentarmos atender um pouco o avanço enorme que está ocorrendo na ocupação daquela região da cidade. Ali possivelmente será um dos lotes da PPP. Outra coisa importante é que, diferente do que foi a PPP do Estado, a ideia nossa é que possamos agregar serviços públicos na estrutura financeira da PPP e evidentemente na construção dos equipamentos, com construção de creches, com construção de Poupatempo, com construção eventualmente de escolas. Em algumas áreas que levantamos, áreas de prefeituras regionais, que se dispõem na cidade, inclusive, colocar instalação de prefeituras regionais e em cima colocar a construção de habitação. A ideia é que possamos partir para outro patamar e não só construir as unidades, os conjuntos, de maneira isolada de um pequeno centro comercial, de um atendimento social de creche, de escola, de Poupatempo, enfim. É um formato novo que estamos propondo exatamente nessa estrutura. Pretendemos também, como o Reinaldo colocou, possibilitar que os movimentos de moradia, os movimentos sociais, que estejam nos chamamentos da COHAB ou já tenham projetos definidos com a área de SEHAB e COHAB, possam, eventualmente, por uma decisão do movimento, migrarem para a PPP. Todos sabemos a dificuldade enorme que temos no atendimento. A demanda que o Ministério das Cidades, que a Caixa Econômica têm do país inteiro é brutal! Se para nós aqui, que atendemos a demanda de São Paulo, levaríamos, consumindo o nosso orçamento da prefeitura, 121 anos para atender à demanda de hoje, imaginem quantos anos a União precisaria para atender à demanda nacional. É inimaginável! Portanto, o que pretendemos fazer é exatamente ter outra alternativa de financiamento, de fomento à habitação na cidade, permitindo também que os movimentos que já tenham os seus programas estruturados, que estejam eventualmente em um chamamento da COHAB, se quiserem, migrem para dentro da PPP, porque evidentemente a possibilidade do atendimento será seguramente, se tudo der certo, se Deus quiser, em um prazo muito mais exíguo do que eventualmente entrarmos naquela fila que alguns aqui já estão há década esperando. Então, nós, como disse o Reinaldo, estamos iniciando esse debate. Isso tem que ser aperfeiçoado para depois podermos inclusive levar o projeto específico à Câmara Municipal de São Paulo, mas não há a menor sombra de dúvida que por conta, e os senhores sabem disso muito melhor do que nós, por conta da demanda, por conta da necessidade, vamos procurar exatamente imprimir um ritmo para que isso saia do papel o mais rápido possível. Uma área de atendimento que também vamos buscar na PPP é atender as famílias que estão no Auxílio Aluguel, famílias que estão há muitos anos no Auxílio Aluguel; vamos procurar atender essas famílias, porque, evidentemente, não só atendemos uma fila antiga, mas isso também de um lado minimiza o impacto que o Auxílio Aluguel tem hoje no orçamento da prefeitura de R$154 milhões por ano. E evidentemente não podemos manter eternamente as pessoas dentro do Auxílio Aluguel. Definitivamente, precisamos avançar no sentido de oferecer a oportunidade real do acesso à moradia. Quero ressaltar que o Secretário, o Fernando Chucre, o Gilmar, o Iapequino, toda a estrutura da COHAB, onde elaboramos a proposta, estamos iniciando esse debate para enviarmos para a câmara municipal o mais rapidamente possível o projeto de lei específico, embora o município já tenha uma lei de PPPs, mas vamos mandar uma lei específica tratando da questão da PPP da Habitação. **Sr. Gilmar** - Estamos fazendo as anotações taquigráficas para que tanto a equipe de COHAB quanto a de SEHAB recebam as contribuições dos conselheiros e conselheiras. **Sra. Verônica** -Nessa questão da escrita da PPP, onde entrariam os movimentos sociais? Quais as demandas que os movimentos vão ter? Ou vamos só passar na porta daquele prédio bonito, desenhado lá e não vamos ter demanda alguma? Como é que vai ficar isso? Quando eu disse ao senhor, Gilmar, que tínhamos que debater no Conselho, com os movimentos, é exatamente isso: vai sobrar uma fatia do bolo para os movimentos ou isso é só Poder Público, iniciativa privada, e não tem nada? Se vai, qual é a forma que vamos entrar dentro bolo, se vamos ser um fermento, se vamos ser só a forma para colocar no forno para assar. Como vai ser o negócio? Isso, queremos entender primeiro, Gilmar, e, a partir daí, acho que cada movimento irá trazer sua contribuição. **Sra. Ana Procópio** – Venho falando há um tempo também sobre a distribuição das demandas. E como será distribuído pelas regiões. Estive em umas audiências públicas e eu disse: por que não é tanto para Campo Limpo, tanto para M'Boi? Como serão distribuídas essas demandas para atender os movimentos sociais? Quem mora no Jd. São Luís, quem vai pegar, quais os movimentos que estão ali, naquela região, como será distribuído para as famílias? E gostaria, Gilmar, Edson, dando uma ideia, na questão da regularização, essa regularização ajudaria muito a trazer o recurso para cá. Na Zona Sul há muito loteamento irregular. E essas famílias me dizem: "Ana, nós queremos pagar, queremos ter nosso direito, queremos ter o endereço também, e não temos". É onde as correspondências acabam caindo em um endereço só. E eles dizem: "Ana, há quanto tempo estamos aqui, cinquenta anos, e não temos endereço, que paguemos cinquenta, setenta, oitenta reais, cem reais". Mas, de cem em cem, vai juntando esse dinheiro, vai trazendo para o município, para ele poder andar e avançar, porque sabemos da situação que está. Então, vejo isso: há muita coisa para fazer. E ajudar os movimentos, porque os movimentos que estão naquele local sabem da situação das famílias, sabem quais as condições que vivem. E esperamos que ganhemos um pedacinho desse bolo também. **Sra. Mariza** - O Iapequino disse que não é um programa, mas uma ação do programa complementar. E estamos acompanhando alguns casos de famílias que foram para as PPPs do Estado, mas não estão conseguindo pagar. Estamos muito preocupados. Se queremos terminar o déficit habitacional, queremos diminuir e nós, do movimento popular, somos do movimento propositivo, o senhor disse que esse programa é poderoso. Poderoso para quem? Como vão ficar os movimentos sociais. Como acompanhamos nossas famílias, como elas vão pagar esse valor? Elas não vão conseguir! Porque nossa realidade é outra; 100% da nossa demanda é de outra realidade. Ficaram algumas dúvidas para mim, a questão do valor da unidade, quantos metros quadrados. O movimento constrói moradia com qualidade, constrói moradia muito maior. Como proposta, o senhor está trazendo essa discussão aqui e acho que, antes de sair até para a câmara, acho que para nós ainda, conselheiros, acho que temos que ter mais esclarecimentos. Temos muitas dúvidas. E é uma ação de programa que vai mexer com a vida de nossas famílias e muito. Isso se nossas famílias conseguirem ir para esse programa. Até porque ir, tudo bem. Mas como vão se manter? Sabemos que pelo Estado está muito cara a prestação. E aí vai virar uma bola de neve. Se vão ter parceria com os movimentos, sabemos que a maioria das nossas famílias não vai conseguir morar. Elas vão voltar a morar nas favelas, morar de favor, e vai virar uma bola de neve e não vamos conseguir diminuir o déficit habitacional. **Sr. Marco Antônio** – Qual é o prazo médio para início de uma obra após a publicação do protocolo de intensão da execução de uma PPP? **Sra. Urânide** - Sou suplente do Sr. Nestor, mas ele se encontra, infelizmente, adoentado, e me contemplei bastante na fala da companheira Verônica e principalmente na da Mariza. Mas ainda tenho dois pontos importantes para colocar, Gilmar. Primeiro é a convocação desta reunião extraordinária, com uma pauta sem o material para nos aprofundarmos, para estarmos aqui, nessa discussão. A segunda coisa é: todo conselheiro aqui não veio por si só. Ele veio porque ele foi votado e indicado por milhões de famílias. Então, estamos aqui fazendo essa representação e não estou aqui me representando. Estou representando todas as famílias que são filiadas à União de Moradia, correto? Então, trata-se de uma pauta tão importante. Dentro dessa apresentação, sabemos que existe uma privatização da nossa cidade, e não temos a oportunidade de levar isso para discutir dentro dos movimentos, com nossas famílias, que são as maiores interessadas, como a Mariza colocou. São as maiores. Se é contribuição que temos que colocar aqui, acho que tem que passar por essas famílias. **Sr. Gilmar** - Como foi, Urânide, uma convocação extraordinária, e ainda o projeto não está totalmente pronto, não foi por falta de transparência. Não temos esse problema. A transparência está em primeiro lugar. Então, a senhora fique tranquila com relação à legalidade, à transparência. Teremos o cuidado de mandar para os senhores todo o material. Mas, como estamos pegando as contribuições dos senhores e das senhoras, precisamos melhorar o projeto para apresentar, mas não foi por falta de transparência. **Sr. João Bosco** - Queria reiterar a colocação da colega Verônica: onde entramos como parceiros? Se é uma PPP, será que somos parceiros? Onde entramos? E outra coisa: no meu movimento temos vários funcionários tanto do Estado quanto da prefeitura, e me recordo de que na década de 80 o IPREM foi um agente financeiro de habitação importantíssimo da cidade. Foi feito esse contato? **Sr. Jocemar** - Reinaldo, parece que a apresentação está muito boa. Estava observando ali que não estou enquadrado no extremo da cidade, Cidade Ademar, Distrito Pedreira, Campo Limpo, Capão Redondo, Parelheiros. Parece que já foi feito inicialmente para não atender aquele público. Estamos sofrendo lá. Nada contra a Cantareira, mas temos um braço da Billings e da Guarapiranga que está todo "cagado", com a licença da palavra, já de gestões anteriores, e os senhores estão aí, na máquina, para melhorar. Temos um residencial sendo feito dentro da represa, Residencial Espanha, temos a Represa Billings, mais de 120 mil residências no entorno precisando ser regularizadas, ter a reurbanização, a água de qualidade, o tratamento, o saneamento. Com certeza, não está sendo executado nada disso. O projeto é muito bom. Nós nos vemos dentro dele na distância. Precisamos aproximar a fome com a vontade de comer. Precisamos juntar o particular, que tem interesse pelo terreno, que é para poder a obra atender às demandas todas. Gostei de uma coisa interessante, que está lá Faixa 1; os governos estão jogando para lá e para cá a Faixa 1, aquele pobre lá que ganha só um salário mínimo. Ele é ser humano, tem nome limpo, quer moradia, e ninguém está incluindo ele. São as entidades? Cabe só às entidades? Gostaríamos de poder dizer firmemente que temos o Poder Público e a Secretaria de Habitação como parceiros. Mas, Gilmar, só lamento. Não tenho como lhe falar isso. A sua equipe, a equipe do secretário, não está nos ajudando. Tive há mais ou menos um mês, dois meses, uma visita técnica, nosso amigo estava presente, entre outros, na comunidade, mas não se avança. Não se continua. Ainda continuam com a mesma mania: "estou no poder, estou na caneta" e não se resolve de fato. Somos parceiros desse governo, ajudamos a construí-lo. Antes de ele ser eleito, ajudamos a elaborar o plano de governo. Mais sinceridade do que essa? Precisamos sair da zona da intenção para ir para a zona da ação. Temos vários processos de reintegração de posse pipocando na cidade, do Estado, da EMAE, do particular. Temos muitos problemas. Estamos procurando encontrar alguém dentro da secretaria que nos ouça e resolva de fato e só estamos encontrando sabonetes 1, 2 e 3. Queremos trabalhar em parceria. Muito obrigado e estou à disposição. **Sr. Gilmar** - Jocemar, não sei a dificuldade que o senhor está encontrando em conversar na Secretaria Municipal de Habitação e nem na COHAB, honestamente. Porque o que temos recebido de movimentos, que estamos conversando diariamente, de domingo a domingo nessa secretaria, acho que em nenhuma outra gestão tivemos tanto atendimento. Agora, existem algumas coisas que têm seus tramites legais e existem seus procedimentos. Boa vontade existe, intenção existe. Só que muitas vezes esbarramos em algumas questões jurídicas e legais. Mas fica aqui seu desabafo. Fique tranquilo. Não é a pauta agora a questão de reintegração, outros assuntos, mas fica aqui registrada a sua fala e vou procurar – pode ter certeza – identificar onde está o problema e trazer para perto, para que possamos, junto com a equipe, lhe dar a resposta, eu diria não positiva, mas a solução, seja ela negativa ou positiva, mas que seja uma solução, e seja verdade. Porque, às vezes, o não também é solução, desde que seja dita a verdade. Mas eu entendi. **Sr. Jocemar** - Faz dois meses que parte de sua equipe foi na comunidade, no CEU Alvarenga, na Estrada do Alvarenga, a Sra. Márcia Terlizzi, e outros do departamento. Entrou no CEU um morador, um munícipe e perguntou: "Prefeitura, quem procuramos para nos referenciar?". Sabe o que ela disse? "Procurem os senhores, pois a prefeitura não indica nem liderança e nem ninguém". Ela me descaracterizou dentro da comunidade! Não dá para fazer de conta. Está doendo. **Sr. Gilmar** - Com diálogo, conseguimos avançar. Não é pauta deste Conselho irmos nesse embate. Mas, Jocemar, fique tranquilo. Vamos identificar essa questão. **Sra. Carmen** - Na última gestão do Conselho Municipal de Habitação, os conselheiros tinham um grupo de trabalho, Gilmar, em que elaboraram, junto a todos os conselheiros que lá participaram, uma PPP, onde havia um quarto "P", que era um quarto "P" popular, um parceiro popular, e justamente onde nos referendamos, movimentos sociais, como também um parceiro que o próprio governo tivesse para que se fizesse moradia inclusiva e popular. Então, não quero que o senhor deixe esse trabalho do Conselho, da gestão anterior, parado, porque foi um trabalho árduo. Os conselheiros se desdobraram para fazer esse estudo da PPP, para apresentar ao governo. E também quero dizer o seguinte: a Mariza fala da prestação. Tenho medo é da inclusão. Antes de se chegar à prestação, qual é a forma que os senhores irão utilizar para que essas famílias de menor renda, de 0 a 6, sejam incluídas? Porque a documentação hoje que se pede, o financiamento do operador financeiro, nenhuma família alcança. E sabemos que a PPP do Estado está com problemas porque indica aí não sei quantas mil famílias e só chegam realmente a ser indicadas sete ou oito, que é um índice, um percentual muito baixo. Então, aqui não temos que tampar o sol com a peneira e tampouco vir aqui discutir, revolucionar, porque os movimentos sociais que aqui estão representando este Conselho têm um papel de fazer parte do governo. E fazer parte do governo é discutir propostas juntos. Quando me referi aqui à gestão passada dos conselheiros, me referi ao Caio. O Caio, junto com os outros conselheiros, se sentou, se debruçou, fez um trabalho com a PPPs e indicando; a PPP tem que ter parceria popular, tem que ser de inclusão popular, mesmo que tenha uma parte de mercado. O mercado e o popular podem andar juntos e o governo. **Sr. Rosalvo** - Fico muito feliz que a prefeitura tenha entrado com essa disposição e conheço o Iapequino há bastante tempo e acompanhamos na CDHU o processo que passou pela Casa Paulista e para organizar a PPP. E tive a oportunidade de ajudar a pensar esse processo. E aqui também o Jocemar dizia que participamos da elaboração do Programa de Governo e no programa de habitação, e lá também colocávamos a importância de o município entrar nas PPPs. Porque é um projeto, um programa que traz muito recurso da iniciativa privada para ajudar a fazer essas obras públicas. E aí, sem dúvida, o grande déficit habitacional está na faixa mais baixa da população, de menor renda. Entretanto, há uma faixa um pouco mais acima dessa que chamamos de menor renda, de três salários mínimos, que também precisa dessa atenção. O que os movimentos precisam, a meu ver, é começar a trabalhar a sua demanda para não esperar apenas ganhar de presente uma moradia. É muito comum no movimento, as pessoas sabem que existe essa possibilidade e às vezes escondem a renda, às vezes dizem que é impossível pagar R$300 de prestação, quando, na verdade, pagam R$400, R$500, R$600 de aluguel no barraco da favela onde moram. É importante irmos trabalhando dentro desse processo. Vejo como fundamental a iniciativa e fico muito feliz que o processo esteja já no primeiro ano de governo desenhado, para podermos iniciar a discussão. Tenho algumas perguntas. Existe a PPP do Estado, que o Iape-